

VALOR, NATUREZA E PATRIMÔNIO NATURAL

Antonio Carlos Robert Moraes

O ambientalismo compõe hoje uma das faces do convívio da humanidade com seu habitat. O esgotamento de certos recursos não renováveis, a destruição de ecossistemas e a extinção de espécies, além de uma rede de condicionantes históricos, contribuíram para a emergência dessa nova e complexa “filosofia da natureza”. O fato é que o homo technologicus acabou por estabelecer um relacionamento mais intenso com os recursos naturais do que seus ancestrais, ao mesmo tempo em que se encontra mais liberado dos limites impostos pela natureza. As idéias de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, em suas várias roupagens teóricas e ideológicas, emergem como as respostas sociais a um problema colocado para as sociedades contemporâneas, face ao qual o presente histórico parece repetir o enigma da esfinge: “Decifra-me ou devoro-te”.

Para iniciar esta argumentação, cabe bem estabelecer uma distinção de ordem ontológica, já apontada por Alexandre von Humboldt. Trata-se da diferenciação entre a natureza e a Terra enquanto entidades de investigação. Para o autor do *Cosmos*, a Terra é em si uma manifestação da natureza, porém que se objetiva como uma totalidade, isto é, submetida a uma lógica própria de ordenamento, a ordem telúrica, que organiza os variados processos naturais em paisagens terrestres articuladas e diferenciadas. Na reflexão humboldtiana, a lógica telúrica sobredetermina o ordenamento dos fenômenos naturais terrestres, ao relacioná-los em espaços singulares. Por isso que, para Humboldt, a meta teórica da geografia seria entender estas conexões entre os fenômenos presentes numa paisagem.¹

¹ Ver HUMBOLDT, Alexandre von. *Cosmos. Essai d'une description physique du monde*. v. 1. Paris: Gide et Baudrie, 1848. Sobre o pensamento humboldtiano ver MORAES, Antonio Carlos Robert. *A Gênese da Geografia Moderna*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1989.

Deixando de lado os questionamentos aos fundamentos filosóficos da proposta de Humboldt, a distinção por ele estabelecida pode ser retomada na argumentação aqui desenvolvida, obviamente em outro contexto de método. A superfície terrestre, enquanto produto da história natural, aparece como manifestação e como suporte de processos da natureza. Em outras palavras, a Terra pode ser vista como um fenômeno natural e como depositária de fenômenos naturais. Tal distinção é de suma importância para bem captar a dinâmica humana de ocupação e transformação da superfície terrestre.

Como sabemos, a superfície da Terra aparece para a humanidade como condição universal do trabalho humano, na medida em que este se exercita em algum lugar e sobre materiais que lhe são pré-existentes, isto é, sobre objetos oferecidos pelo meio ambiente.² Toda e qualquer produção tem, portanto, uma base material natural, que precede a qualquer interferência de origem social. O trabalho, numa visão atemporal, é o ato de dar forma útil à vida humana a estes materiais oferecidos pela natureza, o ato de transformá-los em valores de uso para a sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que é a possibilidade de ser trabalhado que transforma um elemento da natureza num recurso natural.

² É conhecida a teorização de Marx de que se deve ver a Terra como “corpo externo” do homem, entendendo este como o “sujeito da natureza”, que ao atuar sobre os quadros e materiais terrestres, modifica sua própria natureza interna. Assim, de acordo com Marx, o ser humano se humaniza no próprio processo de antropomorfização de seu ambiente. Sobre o tema ver MORAES, A. C. R & COSTA, Vanderley. M. da. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.

A superfície terrestre é o grande celeiro dos recursos naturais, constituindo-se por isso no objeto universal do trabalho humano. Ao longo da história, novas potencialidades de utilização dos materiais telúricos vão se revelando, num processo que expressa um progressivo uso dos recursos da natureza pelas sociedades. De uma riqueza natural em meios de subsistência, os lugares da Terra passam a disponibilizar também meios de trabalho, matérias-primas, fontes energéticas, até o papel contemporâneo de banco

³ A Geografia sempre teve no inventário destes usos um de seus temas básicos de investigação. Uma interessante teorização centrada nessa ótica foi elaborada por Jean Brunhes, que dividiu os “fatos essenciais” estudados por esta disciplina em três conjuntos: os fatos da “ocupação improdutiva do solo”, os da “conquista vegetal e animal”, e os da “ocupação destrutiva” (BRUNHES, Jean. *Geografia Humana*. Barcelona: Juventud, 1948.). Para uma abordagem contemporânea, ver SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

⁴ O tema dos limites naturais das atividades produtivas é um dos eixos do debate atual sobre a sustentabilidade, recebendo tentativas de equacionamento através de conceitos como *capacidade de suporte* ou *déficit de energia* (ver ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. São Paulo: Uesp, 1995.

⁵ Todo território se assenta sobre uma extensão de *espaço físico*, que conhece modelagens geomorfológicas variadas, resultantes de uma complexa combinação de fenômenos naturais (geológicos, climáticos, paleoclimáticos, pedológicos etc). Sobre esta base físico-natural se instalam processos biológicos também variados e articulados, e dessa associação conforma-se o espaço que se define como *meio natural*, o qual serve como suporte dos processos sociais de formação territorial. Ao conjunto dos estoques de recursos naturais depositados num dado meio se atribui o nome de *patrimônio natural*. Esse expressa a identificação do potencial de recursos à disposição do grupo humano que domina aquele espaço. Assim, o patrimônio natural é um componente do território.

biogenético³. Vê-se que o fluir histórico implica maior dependência das sociedades para com os meios que as abrigam, conforme mesmo vai se dando um afastamento dos limites naturais da produção. Nesse sentido, o *homo technologicus* possui um relacionamento mais intenso com os recursos naturais do que seus ancestrais, ao mesmo tempo em que se encontra mais liberado dos limites impostos pela natureza.

Vale lembrar que as formas de apropriação da natureza são, em si mesmas, construções históricas. Nesse sentido, tal relação é sempre determinada pela consciência do recurso e pela disponibilidade de tecnologias que permitam sua utilização. A técnica é, assim, uma mediação básica entre a humanidade e os recursos naturais. A própria definição de um dado recurso pressupõe a existência de meios tecnológicos para sua utilização. Em conseqüência, o valor natural dos lugares varia bastante historicamente. E também variam os limites naturais das formas de produção imperantes em uma dada época.⁴

Assim, à diversificação natural dos lugares terrestres, que expressa uma desigual presença de processos e fenômenos da natureza em cada localidade, há que se adicionar essa requalificação a cada momento do que constitui a riqueza natural para uma dada sociedade. Essa natureza requalificada pela mediação da sociedade (e da técnica) circunscreve o conjunto de recursos naturais de um dado meio, sua naturalidade historicizada pela apropriação humana (que tem como primeiro passo a identificação da dinâmica dos processos naturais e das qualidades dos fenômenos da natureza). Essa riqueza depositada em um dado espaço constitui o patrimônio natural da sociedade que o domina, sendo um dos elementos caracterizadores de seu território.⁵

Pode-se dizer que, face aos imperativos da valorização do espaço, a Terra aparece como condição de qualquer produção, daí o fato do domínio de porções terrestres estar no centro das atenções da geografia. Este domínio – assentado em termos econômicos na noção jurídica de propriedade – exercita-se sobre extensões, cujo valor advém de uma série de atributos, entre eles as características locacionais e as potencialidades do meio natural aí localizado (seu patrimônio natural). Tem-se, portanto, o espaço terrestre como receptáculo dos processos e materiais da natureza e como suporte das atividades produtivas e reprodutivas de uma sociedade.

A superfície da Terra é, todavia, um espaço delimitado, com uma extensão absoluta restrita. As terras emersas

aí presentes possuem uma quantidade ainda mais diminuta de extensão. E, conforme se associa a estas a presença de determinados recursos (como o solo agrícola ou a disponibilidade de água, por exemplo), mais restritas ficam as potencialidades de uso dos lugares terrestres disponíveis. Portanto, cabe concluir que a Terra aparece como um bem finito do ponto de vista econômico, e esta sua raridade relativa vai influir pesadamente nos processos de sua apropriação e consumo, revalidando com ênfase a especificidade da análise geográfica.

No capitalismo, é o controle exclusivo de um espaço que fundamenta o uso dos atributos naturais ali contidos. Daí Marx dizer que o foco de estudo da relação homem/natureza não deveria estar na identificação da sua unidade, mas no entendimento da separação total ocorrida sob este modo de produção. O domínio de um lugar – juridicamente fundamentado, na lógica capitalista, pelo estatuto da propriedade privada – significa a possibilidade de sua utilização exclusiva e da apropriação dos recursos naturais ali existentes. Tais recursos se objetivam na manifestação e entrelaçamento de processos e fenômenos da natureza potencialmente utilizáveis, depositados em localidades singulares do planeta.

Assim, a Terra substantiva-se no capitalismo como condição e meio de produção, ou melhor, como ampla dotadora de pressupostos e subsídios para as atividades produtivas. Ela fornece a base espacial e as matérias-primas, os instrumentos de trabalho e as fontes de energia, enfim, condições e produtos naturais dotados de um valor passível de ser aferido no mercado capitalista de bens. E tais condições e produtos encontram-se desigualmente distribuídos nos lugares terrestres, o que redundava num valor potencial também variável das diferentes localidades da Terra.

Nesse sentido, o consumo de um lugar objetiva-se na utilização dos recursos naturais ali depositados, mas também na sua fruição como suporte e condição da produção e vida. Tomando-se o consumo como uma destruição (mesmo que produtiva), o primeiro passo para equacionar o empobrecimento natural dos lugares – pelas formas de valorização do espaço ali desenvolvidas – reside na valoração da riqueza natural presente, isto é, no inventariamento dos recursos contidos no seu quadro natural, enfim, na definição de seu patrimônio natural.⁶ Cada localidade possui estoques de valor natural diferenciados, sendo que a própria diversidade natural pode ser equacionada como uma qualidade local.⁷ Todavia, tais estoques só são passíveis de serem

⁶ O tema da atribuição de valor aos elementos naturais aparece como um dos assuntos centrais da reflexão econômica contemporânea, configurando um campo de debates bastante polêmico, como se pode atestar na coletânea organizada por MAY, Peter & MOTTA, Ronaldo Serôa da. *Valorando a Natureza*. Análise Econômica para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

⁷ Com o desenvolvimento da biotecnologia, os patrimônios naturais dotados de elevado nível de originalidade se revalorizaram profundamente com a função de bancos biogênicos. Tal fato é de singular importância para os países periféricos, que detêm a maior parte das áreas terrestres com esta qualidade.

contabilizados em termos histórico-singulares, isto é, levando-se em conta a tecnologia disponível para explorá-los e as relações de produção vigentes numa dada época. Na atualidade, a potencialidade de uso futuro dos recursos começa a se desenhar na consciência dos agentes econômicos, implicando uma reavaliação mesmo do valor dos fundos territoriais, cada vez mais raros no mundo.⁸

⁸ A idéia de David Pearce da vigência de um *valor de existência* advindo da simples presença de um bem (mesmo que desconhecida sua utilidade atual) ganha corpo nas políticas de preservação do patrimônio biogenético, estando contemplada na Agenda 21 (por exemplo, no *princípio da precaução*) e no conceito mesmo de *desenvolvimento sustentável* (SMITH, Tim B. & OWENS, Susan. O Desafio Ambiental. In: GREGORY, D.; MARTIN, R. & SMITH, G. (orgs.). *Geografia Humana*. Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

Ainda num plano genérico de argumentação, e em termos absolutos, pode-se dividir os estoques contidos num dado patrimônio natural em dois grandes conjuntos: o dos recursos renováveis e o dos não-renováveis (ou exauríveis). Os primeiros qualificam os meios naturais terrestres como fontes constantes de certos insumos produtivos que, mesmo sendo perenes, podem contudo se degradar, no limite inviabilizando o uso dos bens naturais ali disponíveis. Por isso, os recursos renováveis introduzem a discussão dos temas da degradação ambiental e da capacidade de recuperação natural dos lugares e dos processos naturais e também dos custos de correção da poluição ambiental.

Os recursos não-renováveis, por sua vez, qualificam os lugares de sua manifestação como depósitos de quantidades variadas e finitas de bens naturais, e apontam para a questão do esgotamento e dos limites naturais absolutos na exploração de certos recursos. Tem-se, portanto, a questão do acesso a estoques limitados de bens (cuja duração do uso, em função do ritmo de utilização, define seu potencial de reserva), mas também a problemática da manutenção das fontes renováveis (o que se traduz, em ambientes “limpos”). Nos dois casos, a raridade relativa se impõe como medida de valor, quando começa a se desenhar um quadro de escassez, mesmo que futura.

Outra divisão passível de ser implementada é a que distingue os recursos naturais dos recursos ambientais. Os primeiros se manifestam como produtos, os segundos como condições (reforçando a diferenciação humboldtiana já apontada). Tal distinção, entabulada pelos economistas às voltas com o cálculo micro-econômico do valor dos elementos da natureza, separa aqueles componentes do meio natural que possuem um mercado estabelecido (isto é, que são mercadorias, com um preço médio aferível em séries históricas), dos outros que, pela dificuldade de contabilização, eram geralmente denominados na teoria econômica convencional como bens livres. Estes últimos – os recursos ambientais – não são vendidos como produtos, logo a mensuração de seu valor não pode ser obtida por uma análise de preço, na medida em que inexistente um mercado desses bens.

Os economistas de orientação neoclássica vêm tentando gerar procedimentos analíticos que superem esta dificuldade, propondo metodologias de “valoração contingente”, isto é, com a construção de um mercado virtual, onde se estabelecem preços fictícios para os recursos ambientais. Os limites teóricos de tais modelagens são por demais evidentes no seu afã de garantir cientificidade pelo apelo à quantificação.⁹ De todo modo, a questão da valoração da natureza e de seus recursos se repõe na busca de uma contabilização da riqueza natural contida num dado espaço, com o cálculo do valor de seu patrimônio natural.

Saindo de uma perspectiva econométrica, pode-se tentar um equacionamento dessa valoração não pela análise dos recursos, mas dos lugares que os suportam. Tratar-se-ia de uma contabilidade espacial¹⁰ (apoiada numa avaliação de vocações naturais dos lugares), em vez de um cálculo *tout court* acerca do valor de fenômenos e materiais naturais depositados num lugar. Nota-se que a distinção antes realizada entre Terra e natureza, adquire aqui um sentido pleno e evidente. A questão básica passa, então, a ser a do empobrecimento dos lugares em termos de suas condições ambientais e seus estoques de recursos naturais, o que leva à análise das formas negativas de valorização do espaço, ou seja, à identificação daqueles processos que desvalorizam as localidades onde se realizam.

Como foi dito, o consumo dos lugares implica, em parte, a destruição de parcelas de seu patrimônio natural. Por isso, para avaliar a positividade ou a negatividade dos processos de valorização do espaço deve-se apreender a relação entre o valor contido e o valor criado num dado lugar. Isto é, como já visto, os espaços terrestres possuem uma riqueza intrínseca historicamente qualificada, parte dela constituída pelo estoque de recursos naturais ali depositados. Sabe-se também que a apropriação dos meios naturais não se confunde com a produção do espaço (criação de formas artificiais), e é o jogo entre estes dois processos que possibilita contabilizar inicialmente o movimento concreto de valorização de um lugar.

Explicitando, um dado lugar possui um quadro natural original que vai se modificando com a instalação humana, a qual envolve não apenas alterações na paisagem (consumo de recursos ambientais), mas a exploração contínua e progressiva dos recursos naturais ali contidos. Paralelamente, o grupo social em tela vai criando formas espaciais que também se agregam àquele espaço, dando-lhe um acréscimo de valor, pelo trabalho morto incorporado. Tais formas, como

⁹ Ver VEIGA, J. E. da. Valoração Econômica do Meio Ambiente. In: ABLAS, L. A. Q. (org.) *Contabilidade Econômica do Meio Ambiente: proposta metodológica para aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992. p. 47.

¹⁰ A discussão sobre a teoria da localização avançou nessa abordagem, chegando a propor o cálculo da *renda regional* (ver RICHARDSON, H. W. *Economia Espacial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 ou PETERSON, J. H. *Terra, Trabalho e Recursos: uma introdução à Geografia Econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975). Também os estudos sobre os *circuitos regionais de acumulação* apontam na perspectiva mencionada (ver BARRIOS, Sonia. *Dinámica Social y Espacio*. Caracas: Cendes/Universidad Central de Venezuela, 1976 e ROFMAN, Alejandro. *Notas sobre subsistemas espaciales y circuitos de acumulación regionales*. Caracas: Cendes/Universidad Central de Venezuela, 1978). Para uma crítica ao caráter “fechado” do recorte escalar centrado na região, ver MORAES, Antonio Carlos R. *Los Circuitos Espaciales de la Producción y los Circuitos de Cooperación en el Espacio*. In: YANES, Luis & LIBERALI, Anamaria. (orgs.) *Aportes para el estudio del espacio socio-económico*. III. Buenos Aires: El Coloquio, 1989.

¹¹ “No contexto da revolução tecnológica, configura-se a questão tecno(ecol)ógica, envolvendo conflitos de valores quanto à natureza. O ar, a água, as florestas têm valor de existência como estoques de vida e condição de bem-estar. Simultaneamente, as novas tecnologias alteram a noção de valor até então associada a bens obtidos através do trabalho e a natureza passa a ser vista como capital de realização futura. A apropriação de territórios e ambientes como reserva de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, é uma forma de controlar o capital natural para o futuro, sobretudo o controle da biodiversidade, na medida em que é a fonte de conhecimento dos seres vivos, o que vale dizer, fonte de poder” (BECKER, Bertha. *A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável*. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p.203).

¹² Keith Thomas nos mostra, em *O Homem e o Mundo Natural*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1989), a variação – entre o século XVI e XIX – nas concepções europeias acerca dos animais, das plantas e da vida natural. Também Raymond Williams apresenta a variedade observada, nesse período, com respeito à avaliação da vida agrária e do meio rural (*A Cidade e o Campo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987).

¹³ Cabe observar que este valor simbólico acaba retroagindo na valoração econômica, valorizando ou desvalorizando os lugares conforme os juízos vigentes sobre os seus atributos. Há lugares “agradáveis”, mas há também lugares “perigosos” ou “degradados”, e tais juízos influem no preço e no uso do solo ali praticados, constituindo parte dos sistemas de referência socialmente sancionados, que vão estruturar a esfera do *gosto*.

visto, respondem e induzem usos do solo, estimulando a vida econômica local. O diferencial entre o quantum de valor natural retirado ou destruído e o que foi agregado como valor criado, daria a medida inicial para a avaliação de um processo concreto de valorização do espaço.

Tomando-se a perspectiva sorreana de “ver a Terra como a morada do homem” – isto é, não entendendo a humanidade como “apenas mais uma espécie” no planeta (ou o ser humano como um intruso na superfície terrestre) – avalia-se a apropriação humana dos recursos e lugares como uma determinação histórica tendencialmente progressiva. O nível já atingido hoje de antropomorfização do globo leva a que os lugares com quadros naturais “intocados” apareçam na atualidade como residuais e raros em termos absolutos, tornando a originalidade natural um importante atributo de valor.¹¹ Na linguagem atual, a raridade de espaços dotados de primeira natureza qualifica os meios possuidores dessa característica com uma vantagem comparativa em termos territoriais no mundo contemporâneo.

Neste ponto da argumentação, vale agregar à análise dos processos econômicos de relacionamento entre a sociedade e a natureza, alguns elementos oriundos das dimensões política e cultural da vida social. Sabe-se que a valoração dos recursos naturais, e a própria elaboração da idéia de “natureza”, são construções sociais e históricas¹², que por isso transitam pelo universo das mentalidades e das ideologias. Assim, ao conteúdo eminentemente econômico e material da noção de “valor”, há que se associar essa ótica de apreendê-lo também enquanto valor simbólico. Isto é, entende-se que a própria atribuição de um valor contábil à materialidade natural da superfície terrestre objetiva-se por processos que ultrapassam a avaliação estritamente econômica.¹³

O valor genérico atribuído à natureza e aos meios naturais, logo a disposição em conservá-la ou preservá-la, é também um constructo cultural e político, que varia bastante conforme as épocas ou sociedades analisadas. Em diferentes conjunturas, um dado recurso natural ou certa situação locacional pode sofrer valorações completamente diversas. Uma forma de exploração do meio natural pode ser considerada positiva ou negativa em função da ideologia que presida sua avaliação. Enfim, a definição do valor natural é, em si mesmo, a criação de representações acerca dos lugares terrestres, apresentando as determinações já expostas dos processos que interessam à consciência do espaço.

Sobre o tema, ver: MARCUSE, Herbert. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Pierre Bourdieu também fornece indicadores para o equacionamento dessa temática (*A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974).

Como já mencionado, são bastante variados os discursos que veicularam juízos – referentes às práticas de avaliação do valor dos lugares – que revelam o despertar de uma nova forma de considerar a natureza e a originalidade natural. Antes de rastreá-los, cabe mencionar que a própria percepção da paisagem é moldada no processo de socialização do indivíduo, apresentando portanto determinações históricas e culturais variadas e inexoráveis. Em termos históricos, a postura racionalista – que advém com o instalar-se da vida moderna – traz em seu bojo a idéia da potência humana no trato com os fenômenos e elementos do mundo natural, reforçando o desejo de executar um ordenamento “racional” do espaço bem expresso nas práticas do urbanismo e do paisagismo.

Entre os fundamentos/desdobramentos da postura mencionada, tem-se o próprio desenvolvimento das ciências naturais, que conhecem um avanço ímpar ao longo dos séculos XVIII e XIX, como um componente importante desta fé na razão e na possibilidade de explicar (dominar) a natureza. Os conceitos de meio e de organismo emergem como centrais na constituição de uma forma nova de pensar o mundo e a Terra, os quais vão ter na teoria evolucionista um campo de inter-relacionamento na discussão dos mecanismos da adaptação. A própria emergência da geografia moderna deve ser apreendida como parte desse movimento de alargamento da consciência sobre os processos naturais. Enfim, a valoração dos lugares passa – a partir de certo momento – a responder também a estes novos padrões de legitimação dos discursos e teorias, ancorados numa racionalidade advinda do conhecimento científico.

Um dos campos disciplinares que vai diretamente interessar à matéria tratada é, exatamente, o da ecologia. De acordo com Pascal Acot, tal campo remonta a uma inspiração na “economia da natureza” de Lineu (marcada por uma visão “providencialista”), passa pela “geografia das plantas” de Humboldt e pela “geologia” de Lyell, e aloca-se fundamentalmente na discussão da fitogeografia e da geobotânica, ao longo de todo o século XIX.¹⁴ Assim, apesar do nome “ecologia” ter sido proposto em 1866 por Haeckel, um divulgador do darwinismo, não foi por esta tradição teórica que o campo de trabalho dos ecólogos se desenvolveu. Em verdade, até a década de 1920, o debate científico da ecologia vai estar disperso em variados campos de atuação da ciência, valendo, por exemplo, destacar seu desenvolvimento nos programas práticos de controle biológico de pragas e epidemias.

¹⁴ ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

¹⁵ O livro de Eugene Odum – *Fundamentos de Ecologia* –, publicado em 1953, foi a primeira grande obra de divulgação desta nova concepção, que se tornou hegemônica no campo em tela a partir dos anos sessenta.

¹⁶ O primeiro encontro internacional exclusivo de ecologia ocorreu em Paris, em 1950, apesar da sociedade de ecologia britânica datar de 1913 e a americana de 1916. Segundo Acot, ao entrarem na mobilização pela defesa da natureza, os ecólogos foram veiculadores de uma concepção “conservadora, biológica e sacralizante” nesse movimento, expressando uma postura “anti-produtivista”, introduzindo a abordagem “sistêmica” (o “novo conteúdo do biologismo”) e difundindo uma visão mítica da natureza e da originalidade natural (ACOT, P. *Op. cit.*, p.168 a 175). Para uma crítica do naturalismo “holista”, ver MORAES, Antonio Carlos R. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.

¹⁷ Ver McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso*. A História do Movimento Ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. Para rastrear essas origens no Brasil, consultar: PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição*. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

¹⁸ A institucionalização da política ambiental no EUA conheceu grande incremento durante o governo de Theodore Roosevelt – que implantou 53 reservas naturais, 16 monumentos nacionais e 5 parques nacionais em território americano durante sua administração – o qual, em 1908, propõe ao Congresso a criação da Comissão Nacional de Conservação (McCORMICK, J. *Op. cit.*).

A consolidação da ecologia como disciplina ocorre já num contexto integrativo, comandado pela visão organicista, no qual se estudam comunidades bióticas em suas inter-relações e em relação aos elementos do meio abiótico. Tansley propõe em 1935 o conceito de ecossistema, ampliado por Lindeman em 1941, visando circunscrever o universo de investigação abordado por tal perspectiva. No Pós-Guerra, assiste-se à progressiva incorporação por este campo dos conceitos e teorias oriundos da termodinâmica e da cibernética, trazendo as concepções de troca energética e de organização sistêmica para a discussão da ecologia.¹⁵ Acot conclui sua análise, apontando a ausência dos ecólogos, até o momento posterior à institucionalização deste campo disciplinar, nas mobilizações sociais em prol da conservação da natureza e das questões ecológicas em geral, o que se revela um fato interessante para a reflexão sobre o tema da gênese do ambientalismo.¹⁶

O próprio processo de constituição da ecologia enquanto campo disciplinar autônomo mostra a dificuldade de relacionar a emergência da consciência ecológica com uma única tradição teórica específica, pois – como visto – o debate acerca do meio ambiente e de sua relação com a vida social aflora em variados discursos: científicos, filosóficos e, mesmo, jornalísticos. Logo, um caminho interessante de rastreamento desse processo é historiar as ações práticas dessa forma de consciência enquanto movimento social, isto é, enfocando a objetivação do movimento ambientalista.¹⁷ E uma das primeiras manifestações deste expressa-se numa atuação com objetivos preservacionistas, isto é, de defesa de espécies e de lugares.

Sabe-se que a primeira área natural protegida – no sentido moderno do termo – foi o Parque Nacional de Yellowstone criado em 1872 nos Estados Unidos, seguido em 1890 pela criação do Parque de Yosemite.¹⁸ Sabe-se também que o primeiro acordo internacional sobre a preservação de uma espécie data de 1883, interessando a proteção das focas. Em 1885 reúne-se o primeiro evento de que se tem notícia especificamente dedicado à proteção dos pássaros, e, em 1903, outra reunião internacional é realizada para discutir a “proteção das paisagens”. Uma conferência realizada em Paris, em 1909, propõe a criação de um organismo internacional para a conservação dos meios naturais, e quatro anos mais tarde dezessete países europeus, num encontro em Berna, fundam a Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza. Finalmente, em 1923, ocorre

¹⁹ Sobre esta cronologia ver as obras citadas de J. McCormick e P. Acot. Este último autor assinala a realização da Conferência de Londres em 1933, que elaborou a “Convenção Internacional para a Preservação da Flora e da Fauna”. Todavia, a Segunda Guerra Mundial interrompeu o avanço deste movimento, o qual só será retomado após o término do conflito, com a Conferência da Basileia para a Proteção da Natureza, reunida em 1946.

²⁰ A UICN foi instalada no ano seguinte na Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação da Natureza e Utilização de Recursos, em Lake Success, que reuniu 530 delegados representando 49 países, os quais a estruturaram como uma organização internacional paragovernamental, que responde à ONU e recebe adesões de instituições e de países, com o objetivo de promover ações de defesa do meio ambiente (sobre o documento de fundação deste organismo, ver BRESSAN, Delmar. *Gestão Racional da Natureza*. São Paulo: Hucitec, 1996). Já em 1950 a UICN publica o relatório “Estado da Proteção da Natureza no Mundo”, contendo contribuições de setenta países.

²¹ Na década de noventa registrou-se a criação de mais de 7 mil áreas protegidas no mundo, abarcando hoje cerca de 5% da superfície terrestre, conforme DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996).

²² Segundo Antonio Carlos Diegues, as mudanças conceituais da UICN bem exemplificam o alargamento da consciência ambiental quanto à necessidade de, ao lado das espécies, proteger áreas e culturas. Tal mudança se expressa no estabelecimento de uma Comissão de Parques em 1960, e na realização, em 1962, em Seattle, de um encontro específico sobre gestão de unidades de conservação, o qual

em Paris o 1º Congresso Internacional de Proteção da Natureza, considerado um marco na institucionalização do movimento ambientalista, o qual repõe a proposta de uma agência mundial dedicada exclusivamente à finalidade de preservação.¹⁹

Contudo, tal organismo teria de esperar o Pós-Guerra para se objetivar, fato que só ocorreu na Conferência de Fontainebleau convocada pela UNESCO em 1948, que cria a “União Internacional para a Proteção da Natureza” (UICN).²⁰ A partir desta época, a presença dos temas ambientais na agenda das discussões internacionais vai se expandir e adquirir uma institucionalidade cada vez mais consolidada. Tal difusão, e seu ritmo ascendente, também se manifestaram na prática ambiental de vários países, fato atestável na proliferação das áreas protegidas no mundo, que passa de 1511 unidades de conservação criadas entre 1900 e 1970, para 2098 implantadas durante a década de setenta.²¹ Enfim, foi nesse período que a questão ambiental afirmou-se na pauta política contemporânea.

É interessante assinalar as mudanças de paradigma que vão ocorrendo ao longo desse processo. A história da UICN é ilustrativa nesse sentido: criada com o nome de União Internacional para a Proteção da Natureza, já em 1956 altera sua denominação para União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, o que revela o início de um afastamento do modelo clássico norte-americano²²; tal orientação se explicita na sua 10ª Assembléia Geral, que substitui a noção de proteção de santuários da vida selvagem pela concepção mais abrangente de gestão dos recursos naturais. Esta visão mais sociológica da questão ambiental é reforçada na “Conferência sobre a Biosfera”, reunida em Paris no ano de 1968, onde enfaticamente é defendida a necessidade do envolvimento das populações locais nas ações de política ambiental.²³

Cabe observar que, ao mesmo tempo que esta logística internacional de política ambiental vai sendo implantada (com uma progressiva inclusão da sociedade dentro do universo de suas preocupações), a questão do uso dos recursos naturais também vai se estruturando como um tema da geopolítica e da economia. Nesse sentido, o marco mais significativo a ser salientado foi a convocação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo. Neste evento, o conflito de perspectivas entre os países do centro e os da periferia ficou bem demarcado: os primeiros, alarmados pelo *Relatório Meadows* do Clube de Roma, apontando como principal

levanta o tema das populações tradicionais vivendo em áreas protegidas, que será objeto de um seminário específico realizado em Bali. Vale mencionar que nos anos noventa a UICN muda novamente seu nome, passando a se intitular União Mundial pela Natureza (o que revela um novo ajuste de paradigma).

²³ Nessa conferência é lançado o programa “O Homem e a Biosfera” da UNESCO, que cria a figura internacional da *reserva da biosfera* abrangendo áreas de interesse mundial (vale lembrar que foi nesse evento que se difundiu a metáfora da *espaçonave-Terra*). As primeiras reservas foram instaladas em 1976, e já somavam 243 unidades, distribuídas em 65 países, em 1984. Sobre este programa, e seu reatamento no Brasil, consultar: BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de Conservação: Intenções e Resultados*. Dissertação de Mestrado. PROCAM-USP, São Paulo, 1995.

²⁴ Ver RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. Tese de Doutorado. DS-FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

²⁵ É possível identificar três posturas básicas nos discursos ambientalistas desta fase: a postura *naturalista*, que vê o ser humano como uma espécie de intruso na superfície da Terra (que concorre apenas para “desequilibrar” a harmonia do mundo natural), e que se expressa politicamente no preservacionismo radical; a postura *romântica*, que propõe o extrativismo como modo de vida geral (logo, defendendo uma tônica anti-urbana e anti-industrial), que se expressa politicamente num radicalismo ingênuo; e a postura *tecnicista*, que vê os problemas ambientais como solucionáveis por encaminhamentos meramente técnicos (num equacionamento que nega a dimensão política das ações), e que atua na defesa do planejamento centralizado e tecnocrático.

problema ambiental global o crescimento demográfico, e propondo o controle internacional de certos recursos básicos; os segundos apontando a desigualdade dos padrões de consumo como tema prioritário, brandindo o princípio do direito ao desenvolvimento. Em suma: as questões da soberania e do controle nacional dos fundos territoriais e de seus patrimônios naturais dominou a pauta de discussões, qualificando-se como assunto principal do encontro.

O juízo acima emitido ficou evidente na *Declaração de Estocolmo*, que reafirma o direito soberano do países quanto ao uso de seus recursos naturais (Princípio 21), ao mesmo tempo em que cria espaços institucionais para a manutenção da discussão sobre o tema no âmbito internacional. A partir deste evento, a questão ambiental ganhou fôros de problema diplomático, econômico e estratégico. Tanto que os documentos mais significativos gerados nos anos oitenta centraram-se no aprofundamento de tais enfoques, com os próprios organismos internacionais de política ambiental passando cada vez mais a dar importância a estas dimensões. Assim, o preservacionismo que havia dominado a fase inicial do movimento ambientalista (e que como visto, em si mesmo, já vinha apontando para uma abordagem que englobasse o social), vai sendo substituído por uma ótica geopolítica (no sentido pleno do termo²⁴).

De uma “satanização” da economia presente nos discursos ambientalistas dos anos setenta²⁵, passa-se para uma argumentação cada vez mais ecológica-econômica²⁶. Tanto que em 1983 a ONU organizou a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento com a tarefa de realizar um amplo levantamento sobre o tema. As conclusões obtidas foram sintetizadas no documento *Nosso Futuro Comum* (também chamado de *Relatório Brundtland*), publicado em 1987, o qual dá grande espaço para a discussão da questão da pobreza e introduz o conceito de desenvolvimento sustentável, que galvanizará as atenções nos anos seguintes. Este conceito suscitou grande polêmica no meio ambientalista. Marcel Burstzyn equaciona bem seu alcance:

*A produção do conceito de desenvolvimento sustentável representa, por um lado, uma alentadora tentativa de reconciliar a busca do bem estar presente com a segurança de condições de vida satisfatórias no futuro. Por outro lado, há uma preocupante tendência a que se torne mais uma panacéia salvacionista, que ilude os alarmados e inibe os alarmistas, sem necessariamente resolver os problemas que geraram o alarme.*²⁷

²⁶ Ignacy Sachs trabalha com esta perspectiva ao operar já na década de sessenta com o conceito de *ecodesenvolvimento*, que implica num estilo de planejamento estratégico flexível e participativo. Sachs foi o relator de um importante documento econômico discutido na Conferência de Estocolmo, e sua avaliação deste texto explicita a concepção na época: “O Relatório Founex estabeleceu um caminho intermediário entre o pessimismo da advertência dos malthusianos a respeito do esgotamento dos recursos e o otimismo da fé dos cornucopianos a respeito dos remédios da tecnologia” (SACHS, Ignacy. *Estratégias de Transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org.). Para Discutir o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29).

²⁷ BURSZTYN, Marcel (org.) *Para Discutir o Desenvolvimento Sustentável*, *Op. cit.*, p. 7. Segundo SMITH, T. B. & OWENS, S. *O desafio ambiental*, *Op. cit.*, este conceito apareceu inicialmente no documento *Estratégia de Conservação Mundial*, editado pela WWF/UICN em 1980, porém acabou sendo mais associado ao *Relatório Brundtland* de 1987, recebendo sua consagração plena na *Agenda 21*, redigida na Conferência do Rio, em 1992.

²⁸ Na verdade, a CNUMAD deve ser vista como um processo que culmina no encontro do Rio de Janeiro, pois este é antecedido por reuniões preparatórias setoriais e regionais. A reunião referente à América Latina, realizada em 1991, lança a Plataforma de Tlatelolco, expressando um ponto de vista dos países periféricos. Entre os documentos temáticos salienta-se o intitulado *Pobreza e Degradação Ambiental*, de grande repercussão. Ver SILVA, Geraldo E. N. e. *Direito Ambiental Internacional*. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Thex, 1995.

Em 1989 é feita a primeira convocação para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que se reuniu no Rio de Janeiro cinco anos depois.²⁸

A *Declaração do Rio*, elaborada no evento anteriormente citado, sintetiza todo o avanço teórico-conceitual vivido pelo debate ambientalista na década anterior, contemplando em seus princípios as teses mais progressistas formuladas: reafirma a soberania nacional sobre o patrimônio natural do território e quanto ao uso de seus recursos; elege a pobreza como fator básico de degradação do ambiente; diferencia as responsabilidades entre países no que importa ao controle das fontes de poluição (universalizando o princípio do “poluidor-pagador”); introduz a preocupação para com o patrimônio das gerações futuras (com o princípio da precaução); explicita a necessidade de envolvimento das comunidades (notadamente as populações tradicionais) nos planos e programas ambientais; e difunde a meta do desenvolvimento sustentável. Todos estes pontos são detalhados em estratégias e metas apresentados no documento básico gerado na CNUMAD: a *Agenda 21*.

A Conferência do Rio representou um marco na história do movimento ambientalista, coroando uma etapa de sua plena institucionalização política. Após sua realização, proliferaram os acordos e convênios internacionais (de mudanças climáticas, biodiversidade, controle de fontes de poluição específicas, proteção de espécies etc), e multiplicaram-se os fóruns de debates sobre a elevação da qualidade ambiental (envolvendo políticas de conservação, preservação e recuperação de espaços). A área que talvez tenha conhecido o maior incremento, no que toca à geração de mecanismos de operação, na última década, foi a dos instrumentos econômicos de gestão ambiental, o que em si ilustra o valor atribuído à dimensão espacial no mundo contemporâneo.

Seria possível estabelecer a rede de condicionantes históricos que se associaram no processo de emergência do ambientalismo, enquanto uma visão de mundo ou um componente de várias visões de mundo. O esgotamento de certos recursos não renováveis, a destruição de fontes de recursos renováveis, a vivência das variadas formas de poluição (principalmente nas grandes aglomerações populacionais), a destruição de certos ecossistemas e a extinção de espécies, enfim, uma gama de fenômenos vem contribuir para a formatação dessa nova forma de consciência, que se

²⁹ Nesse sentido seria equivocado classificar o *ambientalismo* como uma *ideologia* (como o faz, por exemplo: BERNARDO, João. *O Inimigo Oculto*. Manifesto Anti-Ecológico. Porto: Afrontamento, 1989). Ele seria melhor definido como um componente da *mentalidade* atual, aflorando em vários discursos ideológicos (no sentido diferenciado por VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987). Tal juízo não equivale ao posicionamento ingênuo de considerar a questão ambiental como supra-ideológica, ao contrário, considera-se que qualquer plataforma política bem elaborada hoje necessita contemplá-la.

³⁰ Ver MAIMON, Dália. Dívida Externa, Conversão e Distribuição dos Custos Ambientais, Padrões de Consumo. Seminário Universidade e Meio Ambiente, V, Brasília. *Anais*. 1992 e DEVLIN, Robert. Canje de Deuda por Naturaleza. *Revista de Economía Política*, México, 13, 1993.

³¹ Esta nova qualidade pode mesmo alterar significativamente os conceitos de *capital natural* e de *ativo ambiental* em uso, pois redefine todo o universo do potencial de utilização de um lugar. Para uma exemplificação prática, ver BECKER, Bertha. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.

difunde por distintos discursos ideológicos²⁹. Pode-se dizer que a escassez relativa de meios naturais originais e de certos recursos, aliada à deterioração dos ambientes construídos, atuaram como estímulos básicos na constituição dessa concepção.

Um componente que, de certo modo, unifica os diversos discursos ambientalistas é exatamente a consciência da finitude de certos recursos e situações terrestres. Não seria o caso aqui de tentar historiar tais discursos, apenas cabe pontuar alguns de seus desdobramentos na própria valoração econômica da natureza. Um primeiro reside no fato de a difusão do ambientalismo permitir a emergência da natureza como produto. Não mais “produtos naturais”, mas diretamente os ambientes como mercadorias, seja enquanto bens materiais (porções de espaços naturais), seja enquanto bens simbólicos, existindo hoje todo o mercado que se alimenta da idéia de natureza e da necessidade de sua proteção. Os *debt-nature swaps*, com a troca de bonus da dívida externa por programas de conservação, bem ilustram esse processo de “financeirização” da questão ambiental. A primeira experiência deste mecanismo foi praticada num convênio entre a Conservation Internacional e o governo da Bolívia em 1987, a segunda entre a WWF e o governo equatoriano. Hoje dezenas de países já realizaram operações envolvendo *commodities* ambientais³⁰.

Um outro desdobramento interessante vem da função de banco biogenético, adicionada aos meios naturais pouco antropizados com o avanço da biotecnologia, um dos setores de ponta da indústria moderna. Tal função exponencializa o papel de reserva de valor, atribuída a estes espaços³¹. Observa-se que, nesta perspectiva, surgem vários interesses poderosos permeando os discursos de “defesa do meio ambiente” (com destaque aos interessados em patentes biotecnológicas). Valeria ainda lembrar a interferência do ambientalismo nos processos econômicos através do estabelecimento dos custos ambientais de produção, advindos da promulgação de legislações e da criação de programas de controle de qualidade ambiental. Enfim, a variável ambiental é hoje um componente importante do cálculo econômico, ao ponto de alguns países elaborarem contas verdes em suas contabilidades nacionais.

Enfim, uma das leituras possíveis da consolidação e difusão da consciência ambiental, neste início do século XXI, é a de que esta aparece num momento em que o esgotamento dos recursos terrestres começa a se tornar preocupante, frente ao ritmo de expansão da produção e ao

grau de desperdício dos padrões de consumo vigentes. Ao legitimar-se como questão, torna-se uma força política real, que intervém nos processos concretos de valorização do espaço, dando-lhes mais um elemento de particularização, uma marca da atualidade. Tem-se, então, a questão ambiental como fenômeno essencialmente político, a marcar uma singularidade deste início de milênio, com uma revalorização geral (na escala planetária) do patrimônio natural e dos fundos territoriais terrestres.

As idéias de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, em suas várias roupagens teóricas e ideológicas, emergem como as respostas sociais para um problema colocado para as sociedades contemporâneas, face ao qual o presente histórico parece repetir o enigma da esfinge: “decifra-me ou devoro-te”. Isto é, trata-se de uma formulação teórica que visa expressar o nível da consciência ambiental atual, atenta – como visto – à finitude dos recursos terrestres disponíveis. Trata-se, portanto, de um novo equacionamento social da relação sociedade-natureza, que expressa uma particularização desse processo no presente, envolvendo uma revalorização dos lugares e da natureza.

O ambientalismo vem compor, assim, uma das faces do relacionamento da humanidade com seu habitat, constituindo importante componente da espacialidade vigente no mundo atual.

Antonio Carlos Robert Moraes
é graduado e doutor em Geografia e professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.
acr.moraes@bol.com.br